

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DÉBORA COSTA BRANCO CHALA

IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

CURITIBA

2011

DÉBORA COSTA BRANCO CHALA

IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Políticas Educacionais no Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Taís M. Tavares

CURITIBA

2011

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo averiguar a existência de impacto do Programa de Transferência de Renda “Bolsa Família” na qualidade da educação de escolas que atendem a famílias beneficiárias do Programa, moradoras da região da “Terra Vermelha” no município de Campo Largo, considerando a influência externa e social na educação. O Programa Bolsa Família (PBF), um programa do Governo Federal de Transferência de Renda, beneficia famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. A pesquisa foi realizada com escolas municipais e estaduais que pertencem a região pesquisada e têm matriculados alunos beneficiários do PBF. Também foram apontados dados dos anos de 2000 a 2010 com índices anuais de aprovação, reprovação e evasão escolar para visualizar o impacto do programa, visto que o mesmo teve início no município no ano de 2005.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Educação, Região Metropolitana.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA.....	2
3. POBREZA E METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL.....	4
4. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	6
4.1 CONCEITO E FUNCIONAMENTO.....	6
4.2 BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO.....	10
5. REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	12
5.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CAMPO LARGO	13
5.2 CAMPO LARGO – TERRA VERMELHA.....	15
4.3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO EM CAMPO LARGO	18
6. Perfil das escolas	23
ESCOLA 1	23
ESCOLA 2	24
ESCOLA 3	25
ESCOLA 4	25
ESCOLA 5	28
ESCOLA 6	30
ESCOLA 7	32
7. CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, a educação nunca foi o principal alvo de investimento e melhorias, e nos rankings mundiais está longe das primeiras colocações. Sua qualidade vem sendo pesquisada com pouco entusiasmo, mas muitos estudos apresentam chances e oportunidades de melhoria, com a necessidade de mudanças significativas que nem sempre se destacam como prioridade dos políticos, seja quais forem seus motivos. Porém não se pode dizer que nada tem sido feito, afinal os indicadores de qualidade e as avaliações anuais e bianuais têm crescido, cada vez mais completas, considerando a cada ano novos elementos de avaliação da qualidade, promovendo resultados cada vez mais fidedignos e tocantes, pressionando os governantes para uma educação cada vez melhor.

Nesse sentido, os indicadores internos são os mais estudados e procurados (RIBEIRO e KOSLINSKI, 2009, p.1), porém os fatores externos têm forte influência principalmente nas regiões mais pobres, que sofrem com a desigualdade e exclusão social, a violência, a pobreza extrema, as drogas e a falta de estrutura familiar (vínculo) consolidada. Pensando na existência desse impacto sobre os alunos, foi realizada a pesquisa numa região bastante vulnerável do município de Campo Largo, o bairro Jardim Meliane e bairros vizinhos. Foram usados o SICON e o SIBEC (MDS, 2011) como sistemas de base de dados do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Benefícios Sociais, que permitiram a busca de dados confiáveis e atualizados. Também foi utilizado o sistema Data Escola Brasil (MEC, 2011), que apresenta uma lista completa com todos os dados das escolas pesquisadas, e a pesquisa do IDEB (MEC, 2011), para conhecer a evolução escolar e identificar se houve ou não melhora na educação. Também foram aplicados questionários e entrevistas nas escolas, e coletado dados na Secretaria Municipal de Educação de Campo Largo.

Os sistemas de dados do PBF também foram utilizados para identificar o impacto que esse programa tem sobre a educação, pois uma de suas condicionalidades é a frequência escolar das crianças a partir dos 6 anos e adolescentes até os 17 anos membros das famílias beneficiárias. A questão principal

é pensar se o fato do aluno apresentar boa frequência escolar é garantia de uma boa educação.

2. DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA

Desigualdade pode ser entendida por diversos olhares, como a desigualdade econômica, cultural, étnica, de classes, social. Para J.J. Rousseau, em seu Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens, ela surge das mudanças que ocorrem com todos os seres humanos.

É fácil ver que é nessas mudanças sucessivas da constituição humana que é preciso procurar a primeira origem das diferenças que distinguem os homens, os quais, de comum acordo, são naturalmente tão iguais entre si quanto o eram os animais de cada espécie antes de diversas causas físicas terem introduzido em alguns as variedades que notamos. Efetivamente, não é concebível que essas primeiras mudanças, por quaisquer meios que se tenham realizado, tenham alterado, ao mesmo tempo, e da mesma maneira, todos os indivíduos da espécie; mas, tendo uns se aperfeiçoado ou deteriorado e adquirido diversas qualidades, boas ou más, que não eram inerentes à sua natureza, permaneceram os outros mais tempo em seu estado original; e tal foi, entre os homens, a primeira fonte da desigualdade, mais fácil de demonstrar assim, em geral, do que assinalar com precisão as suas verdadeiras causas” (ROSSEAU, 2001, p. 29).

Em qualquer sociedade, a desigualdade impulsiona a discriminação, o preconceito, o domínio, a exclusão, mas proporciona uma reflexão sobre a possibilidade de mudança, de aprendizagem com o outro, de oportunidades e escolhas.

O termo desigualdade social vem sendo usado há muito tempo por especialistas e pesquisadores sociais. Podemos percebê-la estudando o passado, destacando-se a partir da época da Revolução Industrial, onde a separação de classes foi intensificada.

Cerca de uma ou duas décadas atrás, tinha-se como certo que a sociedade industrial, e de modo geral, o processo de modernização deveriam originar um sistema de desigualdade social menos hierárquico, mais padronizado e equilibrado, que refletiria mais de perto as aptidões individuais, seria mais aberto e, portanto, menos rígido do que fora nas fases iniciais da industrialização, com suas fronteiras de classe quase sempre inexpugnáveis. Contudo, a falta de interesse geral nas questões da desigualdade social não era de maneira alguma consequência de um triunfo da igualdade na sociedade industrial (STEHR, 2000, p. 3).

No Brasil a desigualdade social é ainda hoje influenciada pela transição demográfica ocorrida pelo desequilíbrio regional e social. Sobre a transição demográfica, Brito revela que “ela é única, enquanto um processo global que atinge toda a sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, múltipla, pois se manifesta diferentemente segundo as diversidades regionais e, principalmente, sociais” (BRITO, 2008, p. 6). O mesmo autor trata transição demográfica como sendo um processo social conduzido pelas mudanças sociais e econômicas, podendo “tanto criar possibilidades demográficas que potencializem o crescimento da economia, aumentando o bem estar social, quanto potencializar as adversidades econômicas e sociais, ampliando as graves desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira” (BRITO, 2008, p 6). A transição demográfica tem uma forte influência no desenvolvimento e crescimento da desigualdade social no Brasil, pois causa um afastamento dos indivíduos, baseada nas suas condições econômicas e regionais.

Uma das razões da existência da desigualdade são as relações que as pessoas constroem com outras pessoas, lugares, objetos, situações. Essas relações estabelecem espaços, pois a partir do encontro com o objeto ou com outro indivíduo cria-se um novo espaço, um território, que apresenta características únicas daqueles que o compõem. A desigualdade aparece quando há um encontro entre espaços diferentes. Já os espaços são formados pelo movimento da sociedade buscando suprir suas necessidades. (STEHR, 2000, p 103).

Estudos sobre a transição demográfica como de Santos (1988), Fernandes (2005) e Heidrich (2004) apresentam uma visão sobre a criação de espaços, de regiões, de territórios, e de onde eles são formados, suas características sociais e comportamentais. Esses dados são importantes neste trabalho, pois auxiliam no

entendimento da formação das Regiões Metropolitanas¹, e possibilitam responder a hipótese de que nessas regiões a desigualdade social é mais intensificada e, conseqüentemente, promove grande influência na educação.

3. POBREZA E METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL

Em estudos realizados nas regiões metropolitanas do Brasil é possível perceber uma forte relação da pobreza com a desigualdade social. Mesmo com uma significativa melhoria nas condições de vida e de consumo, o fortalecimento dos serviços de políticas públicas, a diminuição do número de membros nas famílias e a transformação do papel da mulher na sociedade nos últimos anos, a desigualdade continua perceptível.

Um dos indicadores utilizados para medir o grau de desigualdade social é o Índice de Gini, índice que, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,

“mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula)” (PNUD, 2011).

Com base nesse índice, a desigualdade tem demonstrado quedas, atingindo os níveis mais baixos da última década, mas “nem sempre essa queda na desigualdade se traduz na redução da proporção de pobres, pois pode estar relacionada à piora da situação dos estratos de renda mais elevados e/ou pode estar concentrada em regiões específicas do território nacional” (TORRES, 2006, p. 17).

¹ O município de Campo Largo, aqui estudado, faz parte do 1o anel da Região Metropolitana de Curitiba.

Brito vem confirmar essa posição, dizendo que tem havido um crescimento da população mais pobre, o que tem trazido conseqüências na alteração da estrutura etária, e conclui que “as relações entre os diversos indicadores da transição demográfica e a renda domiciliar *per capita* mostram que as diferenças sociais levam, no Brasil, a desigualdades demográficas maiores do que aquelas observadas entre as diferentes regiões” (BRITO, 2008, p. 1).

A desigualdade social reflete a questão de exclusão social, fenômeno que “decorre do processo de acumulação capitalista, apresentando caráter estrutural com agravamentos cíclicos, portanto, é próprio da sociedade capitalista incluir e excluir” (SILVA, 2010, p 156). A exclusão social pode ser percebida no plano das Regiões Metropolitanas, que apresentam grande dependência da Capital ou Metrópole, ainda que em diversas áreas demonstrem bom crescimento e desenvolvimento.

No Brasil é visível a metropolização em praticamente todas as capitais e grandes centros econômicos. Segundo Ana F. Carlos (2003), a metropolização é

“o processo de constituição da metrópole, hoje, um processo que contempla a extensão da constituição da sociedade urbana traduzida enquanto prática sócio-espacial. Nesta dimensão a reprodução ganha um sentido prático – revela-se no plano do vivido e do lugar, ao mesmo tempo em que o modo como ocorre a articulação entre os planos do mundial e do local, pela mediação da metrópole” (CARLOS, 2003, p. 78).

Ocorre quando há um crescimento populacional em uma cidade ou região pelo desenvolvimento de sua importância no cenário econômico ou político. Com a cidade em destaque, ocorre a migração, direcionada pelas esperanças de ofertas de trabalho aumentadas.

4. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

4.1 CONCEITO E FUNCIONAMENTO

Como alternativa para a garantia de direitos às pessoas excluídas socialmente e vulneráveis a pobreza extrema e a violência, o Governo Federal apresentou no final do ano de 2003 o Programa Bolsa Família (PBF). De acordo com a Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004, o PBF é um programa de transferência de renda para famílias de baixa renda, em situação de pobreza e extrema pobreza, assegurando seus direitos básicos a alimentação, saúde e educação, pois estabelece condicionalidades para a manutenção do benefício às famílias. Sendo assim, para receberem o benefício do Governo, as famílias precisam obedecer às condicionalidades de saúde e educação, ou seja, as crianças e mulheres precisam ter um acompanhamento semestral pela Saúde, e as crianças e adolescentes em idade escolar precisam ter um mínimo de 85% de frequência escolar, e o não cumprimento dessas condicionalidades bloqueia o benefício até que seja justificado ou verificado e obedecido. Ainda em relação à condicionalidade da frequência escolar, o interesse do Governo é de que as crianças em idade escolar estejam frequentando a escola, pois é direito da criança e dever da família e da sociedade, segundo artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB, 2010, p.8), além de reduzir a vulnerabilidade quanto a violência, a negligência e ao trabalho infantil.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS),

“o programa Bolsa Família integra o programa *Fome Zero* que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável a fome” (MDS, 2011).

Por se tratar de um benefício do Governos Federal, é necessário estar cadastrado no Cadastro Único de Benefícios do Governo Federal, um sistema de dados que promove uma análise social do indivíduo e da família e, com base nos critérios desse Cadastro – CADU – é possível fazer uso de diversos benefícios do Governo Federal, como participar de programas de transferência de renda, – PBF e BPC (Benefício de Prestação Continuada) – programas de habitação – Minha Casa, Minha Vida – cursos de geração de renda ofertados pelas Secretarias de Assistência Social e programas de proteção a criança em vulnerabilidade social – PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e projetos de contra turno.

O programa atende hoje mais de 12 milhões de famílias em todo o território nacional. O MDS ainda aponta o programa Bolsa Família como um importante instrumento de redução da desigualdade social e da pobreza, citando dados do 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que demonstra queda da pobreza extrema de 12% em 2003 para 4,8% em 2008.

O PBF trabalha com três eixos principais: a transferência de renda, que proporciona alívio imediato da pobreza; condicionalidades, que garantem os direitos sociais básicos a educação e a saúde; e programas complementares, que oportunizam o desenvolvimento de qualidades e potencialidades nas famílias atendidas, de modo que atinjam independência do programa. Este último eixo trabalha com a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos e oficinas socioeducativas para crianças e adolescentes, possibilitando o acesso dos pais ao trabalho efetivo, não apenas o informal.

A distribuição de valores do benefício vai depender da estrutura física familiar e da renda *per capita* mensal. Segundo as últimas atualizações, as famílias que recebem até R\$70,00 *per capita* por mês e famílias que tenham filhos com até 17 anos de idade, com renda mensal *per capita* de até R\$140,00 têm direito a receber o benefício do programa, desde que cumpram com as condicionalidades de saúde e educação estabelecidas pelo Governo Federal e fiscalizadas pelos governos Estaduais e Municipais (MDS, 2011).

Ainda sobre o PBF, Medeiros, Brito e Soares comentam que é um programa de transferência de renda que surgiu de uma junção de outros programas sociais (MEDEIROS, BRITO e SOARES, 2007). Outro autor que pesquisou sobre o PBF foi Clovis R. Zimmermann, e comenta que o “PBF tornou-se um dos principais instrumentos de combate a fome e de garantia do direito humano a alimentação do Brasil” (ZIMMERMANN, 2006, p. 146). O mesmo autor ainda trata das políticas públicas de proteção social no Brasil como tendo a seguinte característica: “incompatibilização entre os ajustes estruturais da economia a nova ordem econômica internacional, os investimentos sociais do Estado e a garantia dos direitos sociais” (ZIMMERMANN, 2006, p. 146).

Quanto à criação do programa, Rocha trata em seu artigo especificamente sobre os programas de transferência de renda que já existiram no Brasil, e sobre a unificação desses programas para o surgimento do Bolsa Família. Esse tipo de política pública existe desde 1995, mas suas bases são a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Programas como o Vale Gás, Bolsa Alimentação e Bolsa Escola, todos de 2001, ainda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foram unificados e estruturados, focando aumentar o número de beneficiários, e apresentando um novo programa, o Bolsa Família (ROCHA, 2011).

Segundo Medeiros, Brito e Soares, em relação ao direito de receber o benefício, comentam que “identificar o público de fato beneficiado por esse programa (PBF) é crucial para determinar em que medida seus objetivos estão sendo atingidos e o que pode ser feito para melhorá-los” (MEDEIROS, BRITO e SOARES, 2007, p. 7). Ainda apontam dois objetivos do PBF: “o alívio da pobreza no curto prazo e o combate a transmissão intergeracional da pobreza, por meio de condicionalidades voltadas para incentivar as famílias a realizar investimentos em capital humano” (MEDEIROS, BRITO e SOARES, 2007, p. 12).

A autora Walquiria Leão Rego questiona se o PBF é um programa que incentiva a política de cidadania, oferecendo garantia dos direitos fundamentais, ou uma política de assistencialismo. Comenta que ser cidadão é ter acesso aos direitos fundamentais descritos em lei, e que programas como Bolsa Família chegaram

tarde, pois o povo brasileiro deixou de ser cidadão há muitos anos (REGO, 2008). Outros autores caracterizam o programa como peça chave para a reeleição do ex-presidente Lula, pois foi carro-chefe de sua campanha (LICIO, et al, 2009; SOARES e TERRON, 2008). Em pesquisa feita pela Vanderbilt University, o autor declara que “o Bolsa Família não é a única solução para a pobreza no Brasil, e as famílias por si só não podem se basear apenas nisso para substituir inteiramente as outras fontes de renda” (LAYTON, 2010, p. 5). Essa afirmação apresenta um lado do PBF que alguns autores criticam que é a forma assistencialista de se fazer garantir os direitos. Um desses autores é Walquíria Leão Rego, já citada acima.

O Programa Bolsa Família é um programa que atinge todo o território nacional, e segundo pesquisa feita por Layton, 12,27% da população brasileira é beneficiária nos estados do Nordeste, 7,24% dos beneficiários são moradores dos estados do Sudeste, 5,48% estão nos estados do Norte, Sul e Centro Oeste, enquanto que 76% não são beneficiários do PBF (LAYTON, 2010, p. 1).

O funcionamento do programa é visto por alguns autores da seguinte forma:

“... o governo federal coordena, financia a gestão e paga os benefícios diretamente às famílias; os governos estaduais apóiam tecnicamente os municípios e estes, por sua vez, executam diretamente o programa, por meio do cadastro dos beneficiários, controle das condicionalidades, gestão dos benefícios e acompanhamento das famílias” (LICIO, RENNO e CASTRO, 2009).

Esse modelo de funcionamento sugere que as três esferas governamentais tenham envolvimento para a sua efetivação, embora o executor último seja o município.

Quando se trabalha com políticas públicas, como as políticas sociais, o foco do trabalho é a comunidade e o indivíduo que atua nessa comunidade e a faz existir. O trabalho com pessoas, tanto na área social como na educacional, é criador de expectativas de mudanças e desenvolvimento, porém é muitas vezes obscuro, partindo do ponto que não se conhece o indivíduo assistido. Sendo assim, é difícil perceber muitas vezes as vantagens ou desvantagens de um programa como o Bolsa Família, pois atende pessoas necessitadas, que dependem daquela renda

para viverem, mas também atende a pessoas desocupadas, que sempre querem sair ganhando e encontram no benefício uma maneira de “lucrar”, nem que seja com R\$22,00 por mês. O que é percebido no PBF é de que existe uma acomodação por parte do beneficiário na busca de um emprego formal, visto que o fato de receber uma renda fixa pode desligá-lo do programa. Outra percepção que se tem do programa, essa relacionada a educação, é quanto a condicionalidade ser apenas da frequência escolar, sem que haja um acompanhamento aprofundado da criança por parte da escola ou do próprio programa. O fato de a criança estar na escola não garante uma boa educação.

4.2 BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

Para incluir a educação neste contexto, precisamos entender o que ela é para o indivíduo, mesmo que este esteja em total exclusão, com seus direitos violados ou que tenha suas perspectivas amplamente diferenciadas pela desigualdade social. Para Gelati, essa relação é vista a partir da necessidade que o indivíduo tem de se ver humano, e a forma mais concreta de proporcionar isso se faz com a vivência da aprendizagem, da educação.

“O homem é um ser de possibilidades, as quais precisam ser potencializadas, desenvolvidas. Em um universo em que tudo é fruto de relações, ligações, conexões inusitadas, o homem também tem a mesma regência, pois é constituído dos mesmos elementos. Tal caminho de humanização passa impreterivelmente pela via da educação” (GELATI, 2009, p. 80).

A educação promove um mundo novo, um novo olhar, promove a aprendizagem, a conexão de coisas, lugares, pessoas, promove o desenvolvimento do ser e do seu lugar.

A influência da desigualdade social na escola, como já foi dito, tem sido motivo de poucos estudos, no entanto é um tema que precisa ser discutido. No trabalho de Ribeiro e Koslinski lemos que “as diferenças de resultados se devem

mais as diferenças da clientela das escolas do que diferenças das características escolares (recursos, equipamentos, programas, qualificações dos professores)” (RIBEIRO e KOSLINSKI, 2009). Isso demonstra que não apenas os fatores internos servem como indicadores de qualidade na educação, mas a influência do externo é bastante importante nos seus resultados e deve ser levada em conta. Os autores ainda comentam alguns fatores sociais que influenciam no crescimento da desigualdade social, e conseqüentemente, na qualidade educacional de qualquer cidade, por se tratar do espaço criado por indivíduos e suas relações. São alguns dos fatores, as mudanças do mercado de trabalho, trazendo instabilidade financeira, desigualdade na distribuição de recursos e pouca segurança na promoção de recursos necessário para qualidade de vida; mudanças na dinâmica familiar e em suas relações; a questão da exclusão social, com o crescimento da segregação residencial e do isolamento e marginalização dos grupos; aumento e tendência de reprodução da favelização e “habitat urbano precário” (RIBEIRO e KOSLINSKI, 2009).

Como já dito antes, o PBF impõe condicionalidades como garantia de direito a todos os brasileiros. Uma das condicionalidades é a obrigatoriedade de um mínimo de 85% de freqüência escolar de crianças e adolescentes a partir dos 6 anos de idade das famílias beneficiárias. Essa freqüência é coletada pelas escolas municipais e encaminhada às Secretarias Municipais de Educação, sendo que todas as informações são repassadas ao Governo Federal, para análise e aplicação de advertências para as que apresentarem descumprimento ou irregularidade. Essas advertências são impostas na forma de bloqueio ou cancelamento do benefício, dependendo do período da irregularidade.

Segundo estudos feitos pelo IPC sobre a implementação do PBF e sua influência na educação no município de Santa Inês, na Paraíba, “a educação foi sempre tida como um dos fatores que geram mudanças estruturais na sociedade, bem como treinamento pessoal e a qualidade de vida (investimento em capital social e humano através de acesso a serviços públicos de qualidade)” (IPC, 2007, p.6). A pesquisa, no entanto, não conseguiu relacionar a melhoria da qualidade da educação com a implantação do PBF no município por não ter percebido nenhuma

influência do programa neste sentido. Isso pode ser percebido na fala do autor: “pelo ponto de vista da relação educação/bolsa é quase nulo o impacto na educação. Não se pode esclarecer que a educação tem sido melhorada após a implementação do Programa Bolsa Família, por que a qualidade da educação oferecida tem sido piorada a cada dia” (IPC, 2007, p.6)

Sendo assim, é importante questionar as políticas públicas quanto à efetividade do seu reflexo na educação, com relação a sua qualidade, e não apenas ao direito de todo o cidadão ter a educação ao seu alcance, mas de se fazer esse direito proveitoso e útil para formação do indivíduo e da sociedade.

5. REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) existe desde 1973 e é constituída por 26 municípios, divididos por três anéis. Segundo pesquisa de Noguchi (2009, p. 61), são 12 os municípios que compõe o 1º anel: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais, com um total de 2.948.332 habitantes, em 2007.

Percebe-se nesta região uma ligação de dependência entre as cidades metropolitanas e a capital, tanto em relação a empregabilidade como a utilização de serviços que não são encontrados ou são insuficientes no município de partida (NOGUCHI, 2009, p.54). Ainda em relação a interdependência dos municípios com relação a capital, Sanchez comenta que:

“Esses municípios apresentam uma notória relação de dependência com o Polo Metropolitano (maior que os municípios do Segundo e Terceiro anel) o qual configura a dinâmica da RMC de forma singular, num movimento de interdependência e às vezes de interferência para o desenvolvimento dos municípios na sua "individualidade". A população se traslada fluentemente desde os municípios para a cidade de Curitiba, constituindo um fluxo permanente, notório nas horas de entrada e saída dos locais de trabalho, escolas e pontos de saúde” (SANCHEZ, 2010, p. 122).

Também ocorre nessa relação, a migração de diversos tipos de pessoas, principalmente mais pobres, que se aglomeram nas regiões periférica da capital,

revelando a existência da exclusão social, seja ela por razão cultura, econômica, educacional, moral. Situação essa que promove a marginalização desses indivíduos, e fortifica a desigualdade social, além de dificultar o acesso aos serviços básicos e de políticas públicas a uma população com pouco conhecimento sobre seus direitos, como explica Maria Ozanira da Silva e Silva, da Universidade Federal do Maranhão:

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; a informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política. Esse entendimento permite desvelar valores e concepções inspiradoras das políticas públicas de intervenção nas situações de pobreza e as possibilidades de sua redução, superação ou apenas regulação. (SILVA, p. 157, 2010).

Para Noguchi, “Curitiba é, para o campo da geografia, considerada uma metrópole regional, ou seja, um grande pólo que centraliza extensas regiões no seu entorno” (NOGUCHI, 2009, p. 52). A autora ainda comenta que a RMC é a “segunda região mais populosa do sul, ficando atrás somente da região metropolitana de Porto Alegre com 4.709.718 habitantes, neste mesmo ano” (NOGUCHI, 2009, p. 52).

5.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CAMPO LARGO

No início do ano de 2004 o PBF substituiu os vários programas anteriores, segundo a Lei de nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que fez com que todos os municípios implantassem o programa em sua administração, o que ocorreu no mês de agosto de 2005 no município de Campo Largo. Como é um programa de transferência de renda com base nas condicionalidades, passou a ser administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que realiza o cadastro, as visitas domiciliares para verificação dos dados cadastrados e visitas de denúncia de

irregularidades baseada no descumprimento das condicionalidades; pela Secretaria Municipal de Saúde, que faz a verificação da pesagem e da vacinação de mulheres, crianças e adolescentes; e pela Secretaria Municipal de Educação, que é responsável pelos dados de frequência escolar dos indivíduos em idade escolar das famílias cadastradas no programa e receptoras do benefício.

O programa iniciou no município em agosto de 2005, com a aceitação do Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais. Este documento apresentou como objetivo do programa a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. Também exige o compartilhamento das responsabilidades entre os entes federados. Assim, o Município obteve a responsabilidade de formar um Conselho de Controle Social, designar um gestor local para o programa, que seria responsável por todos os cadastros; e repassar todas as informações pertinentes do programa ao Ministério, ou seja, à União. Além disso, ele é responsável por realizar as inclusões, recadastros e transferências de cadastros de outros municípios, das famílias que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza. A União, por sua vez, realiza o pagamento mensal dos beneficiários, determina as normas dos procedimentos de gestão e execução do programa, mantém o município informado sobre a programação financeira, dá ao município todas as ferramentas materiais para a realização de cadastros e atualizações, além de manter um sistema atualizado para a pesquisa das famílias cadastradas e sua situação quanto às condicionalidades do programa. Atualmente o Município de Campo Largo tem em seu sistema mais de 8 mil famílias cadastradas no Cadastro Único de Benefícios do Governo Federal, sendo que dessas, 3.836 são beneficiárias do Programa Bolsa Família, apresentando um repasse mensal de cerca de R\$416.000,00, fornecendo em média R\$108,00 por família. Na região pesquisada, são cerca de 660 famílias beneficiárias do programa. A situação dessas famílias é, em geral, de pobreza, exclusão social, nível escolar muito baixo e empregabilidade informal.

5.2 CAMPO LARGO – TERRA VERMELHA

A pesquisa se deu na cidade de Campo Largo, região metropolitana de Curitiba. Segundo pesquisa realizada em maio de 2011 pelo IPARDES, o Município de Campo Largo fica a 25 km da capital e é uma das maiores cidades da Região Metropolitana, com área territorial de 1.282,564 Km². Mesmo sendo um território tão extenso, conta com pouco mais de 112 mil habitantes, população semelhante a do bairro Sítio Cercado, em Curitiba (IPARDES, 2001). A população em idade escolar, segundo dados do IBGE 2010, é de cerca de 28.600, sendo 14.081 do sexo feminino e 14.565 do sexo masculino (IBGE, 2010). Esses alunos são atendidos por 93 escolas divididas por administrações municipais, estaduais e particulares. A educação em Campo Largo tem apresentado bons resultados, segundo apontamentos do IDEB e Prova Brasil. Se comparada a RMC, a pesquisa de Sanchez (2010, p. 146) aponta que o município de Campo Largo apresentou taxa de 87% de aprovação, a maior dentre nove municípios presentes na RMC², ultrapassando até mesmo a da capital Curitiba, com 86%, e do Estado, com 83%.

A região escolhida para o foco da pesquisa é formada pelos bairros Jardim Meliane, Jardim Itaquí, Vila Glória, Campo do Meio, Novo Horizonte, Ratada e Cristo Rei. Esta região, também conhecida por Terra Vermelha, é uma área de invasão e de moradias irregulares, conta com cerca de mil famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, risco de violência, estrutura precária e situação de pobreza.

Os primeiros habitantes chegaram ali, há cerca de 20 anos, eram principalmente foragidos da polícia e traficantes de droga, vindos de outras cidades e estados. Com a ocupação irregular de um terreno preparado para a construção de uma empresa química, a população da Terra Vermelha foi aumentando, se alojando e ampliando a área de ocupação. Os bairros pesquisados são divididos por rios que cortam a região, e pela PR 423, que liga o município de Campo Largo ao de Araucária, e outra rodovia, chamada Estrada da Balsa Nova, que liga os dois

² Os municípios apontados na pesquisa são: Almirante Tamandaré (74,5%), Piraquara (75,5%), Colombo (77,5%), Campo Magro (79%), São José dos Pinhais (79,3%), Pinhais (80%), Quatro Barras (84,7%), Curitiba (86%) e Campo Largo (87%).

municípios. É cercado por indústrias de diversos produtos como sacos plásticos, produtos químicos, hospitalares, esportivos e de construção civil, além das olarias e de umas das mais tradicionais fábricas de porcelana da região. É uma região afastada do centro da cidade, e bastante distante de Curitiba, cerca de 50km, e sendo sua ocupação recente, apresenta um distanciamento entre alguns bairros, distanciamento físico, por ter entre eles longos trajetos de mata fechada e rodovias, e social, pela disputa entre gangues, formada pelo tráfico de drogas, pois é conhecida pelo alto índice de tráfico de drogas, roubo e violência. O crescimento da cidade trouxe muitas famílias para essa região, o que diminuiu os índices de violência e tráfico, mas sua fama permaneceu na cidade, sendo que seus moradores são freqüentemente discriminados, com dificuldade até de conseguir empregos fixos, principalmente por parte dos jovens. Essa discriminação fortificada pelo pouco envolvimento e interesse por parte da prefeitura no passado, formou uma comunidade bastante descrente e desinteressada sobre seus benefícios e direitos, e por isso mantém como característica ser pouco participativa.

São famílias com uma média de 5 integrantes, a maioria tendo o pai como principal responsável pela renda familiar. Apresenta características de uma sociedade mais “machista”, com alguns relatos de agressão a mulher, mas com o um número quase inexistente de denúncias. Percebe-se a dependência da mulher e dos filhos na figura paterna, que nem sempre é realmente o pai. Encontra-se também um grande número de alcoolismo nos adultos e drogadição nos jovens e crianças. Quanto ao emprego, nota-se que a maioria das famílias depende de empregos informais, principalmente na área da construção civil, e sendo assim, apresentam rendas variáveis.

Com relação ao perfil das crianças, dos 530 indivíduos com idade escolar pesquisados, 240 são do sexo feminino e 290 do sexo masculino, e a idade varia de 0 a 18 anos, sendo divididos conforme os Gráficos 1 e 2 abaixo:

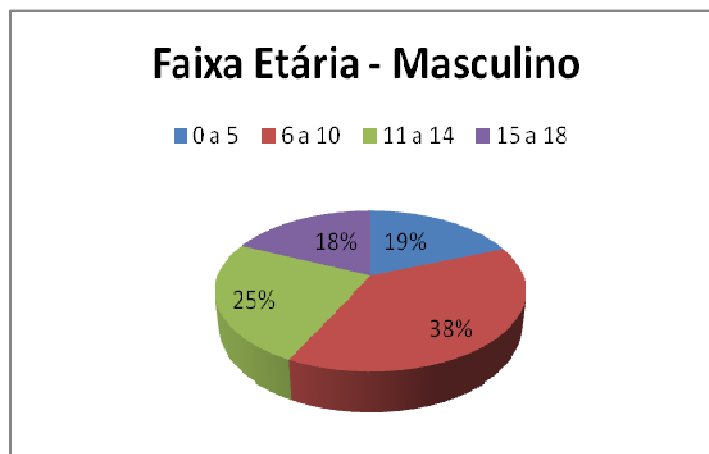


Grafico 1: Faixa Etaria Masculino

Fonte: SICON (2011)

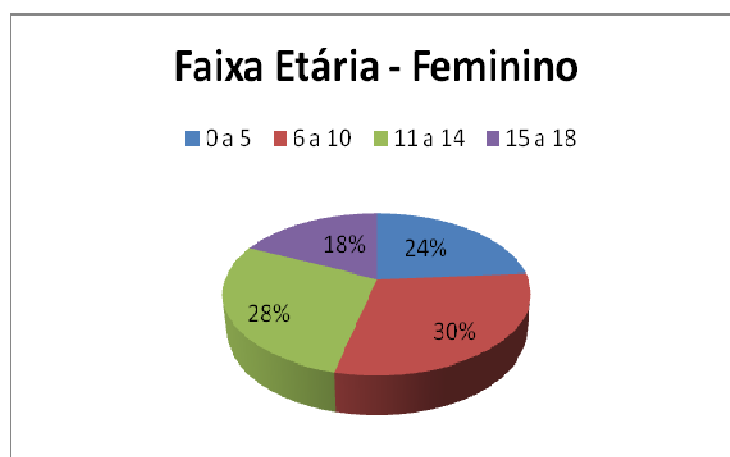


Grafico 2: Faixa Etaria Feminino

Fonte: SICON (2011)

É possível perceber que os indivíduos em idade escolar são a grande maioria, com 63% dos do sexo masculino e 58% do sexo feminino. Pensando em uma comunidade com diversos problemas sociais, como a exclusão social, a violência e o tráfico de drogas, visualizar esse quadro com uma alta porcentagem de meninos frequentando a escola é um ponto positivo do PBF, que estabelece influência pela imposição da condicionalidade de 85% na frequência escolar.

Por se tratar de uma região bastante vulnerável, a Prefeitura Municipal de Campo Largo, juntamente com o Governo Federal, implantaram ali o primeiro Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – do município, no ano de 2004. O

CRAS é responsável por atender e prestar diversos serviços psicossociais, tendo como objetivo principal o fortalecimento de vínculos familiares, realizando a prevenção do rompimento desses vínculos. Um dos serviços prestados pelo CRAS no início da sua atuação na região foi o cadastramento das famílias nos serviços que antecederam o Programa Bolsa Família, como o Bolsa Escola e o Auxílio Gás. Hoje o CRAS realiza a inclusão, o recadastro e a transferência das famílias da região no Cadastro Único de Benefícios do Governo Federal, além de oferecer cursos profissionalizantes e grupos socioeducativos, tendo os beneficiários do PBF como prioritários para esses serviços.

4.3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO EM CAMPO LARGO

O número total de indivíduos de 0 a 18 anos pertencentes as famílias beneficiárias do PBF, moradoras da região pesquisada, é de 680, e desses, 509 estão freqüentando a escola, porém muitos desses alunos estudam em escolas de outros municípios, sendo que das 52 escolas freqüentadas, 34 pertencem ao município de Campo Largo, conforme Gráfico 3.

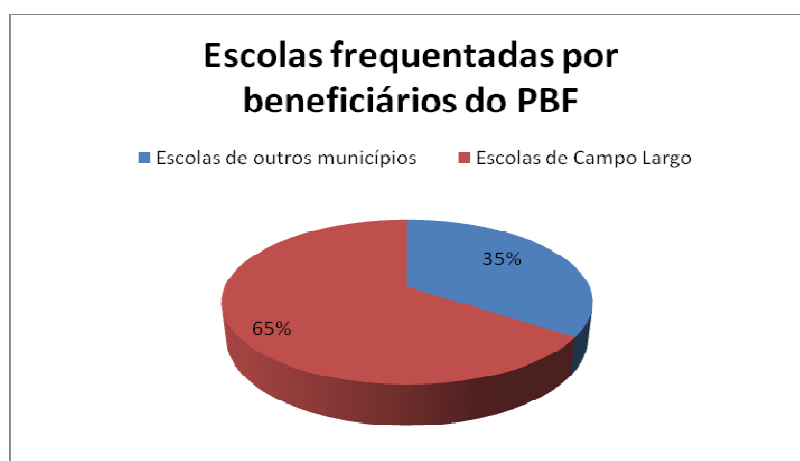


Gráfico 3: Porcentagem das escolas frequentadas por beneficiários do PBF

Fonte: SICON, 2011.

Dessas 34 escolas, 17 são municipais, 13 estaduais, 2 privadas, 1 creche e 1 CEEBJA (SICON, 2011). A Tabela 1 aponta com maior detalhe esses números, destacando por setor administrativo.

Administração	Escolas	Alunos
CEEBJA	1	2
Creche	1	1
Especial/Privada	1	3
Estadual	12	175
Estadual Rural	1	1
Municipal	15	300
Municipal Rural	2	3
Privada	1	1

Tabela 1: Escolas e alunos por Administração

Fonte: SICON (2011).

As outras 18 escolas freqüentadas estão tanto em regiões próximas do município de Campo Largo, como Curitiba e Irati, como em municípios mais distantes, que é o caso de Blumenau, estado de Santa Catarina. O fato de os alunos estarem espalhados por diferentes regiões e até cidades não traz muita estranheza, visto que se trata de uma cidade metropolitana, e como já foi tratado, apresenta grande dependência da capital. Também há de se lembrar que são famílias que não se mantêm por muito tempo na mesma localidade, e a mudança de moradia entre os bairros é intensa. Mesmo pensando em outro município, como Irati, ainda não é de se surpreender por ser um município vizinho e de fácil acesso. Porém, quando se trata de outro estado, visto que o município de Campo Largo não faz divisa com Blumenau, tem-se a impressão da fragilidade do sistema ou a pouca atenção na verificação e nas ações de enfrentamento das irregularidades.

Das sete escolas escolhidas para a pesquisa, apenas uma delas está estabelecida no território de moradia dos indivíduos pesquisados, fortalecendo a

influência da condicionalidade (visto que, mesmo se tratando de indivíduos com alto risco social, o comparecimento as aulas tem sido notado, ainda que a escola esteja localizada em bairros mais distantes) e apontando um número reduzido de escolas para aquela população. Quatro delas são administradas pelo Município e as outras três, pelo Estado, sendo que há dois conjuntos de escolas (uma municipal e outra estadual) que se dividem em dois espaços físicos. São escolas de pequeno porte, com o número de alunos que varia de 283 a 669. Todas elas contam com o Transporte Escolar. Das sete escolas, três oferecem atividades complementares como aulas de esportes e reforço escolar, no contra turno; uma oferece atendimento educacional especializado e uma tem em sua estrutura a Educação Especial.

Essas sete escolas foram escolhidas para a pesquisa por estarem dentro ou próximas à região pesquisada, e conseqüentemente, atenderem as crianças e adolescentes daquela região, e também pelo número significativo de alunos beneficiários do PBF, que vão de 26 a 122 alunos. Por ser longe e de difícil acesso a outros bairros da cidade, principalmente ao centro, percebe-se na região pesquisada a influência da condicionalidade do PBF quanto a freqüência escolar, pois o número de crianças beneficiária em idade escolar que não freqüentam a escola é de apenas dois.

O Gráfico 4 abaixo mostra a quantidade de alunos total e a porcentagem de alunos beneficiários do PBF das escolas pesquisadas:

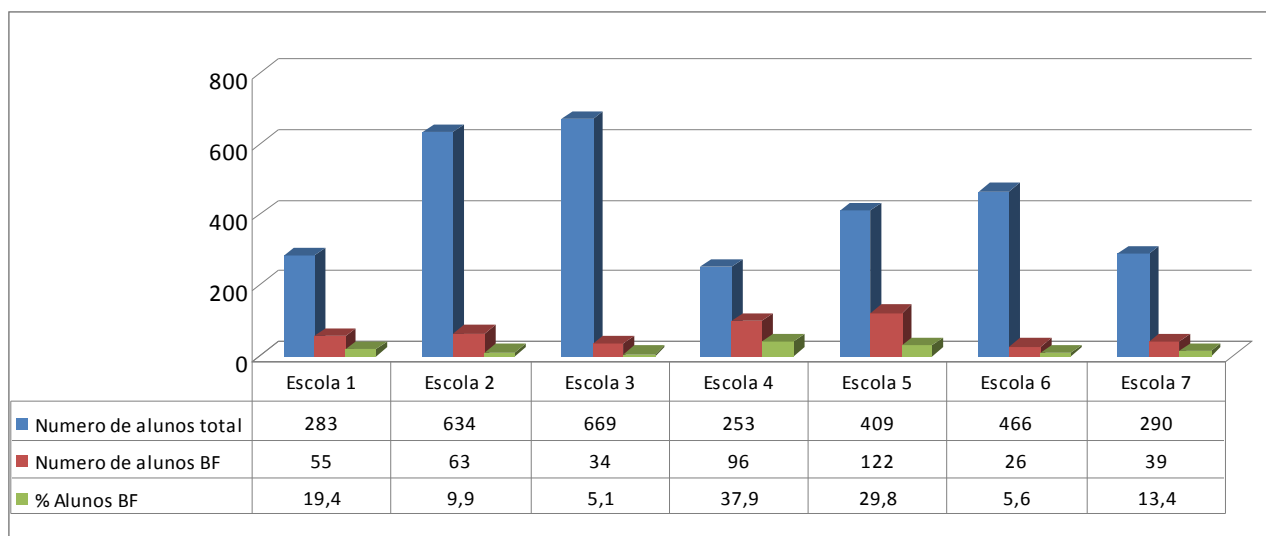


Gráfico 4: Número de alunos por escola.

Fonte: SICON e Data Escola Brasil (2011)

O número total de alunos das escolas pesquisadas é de 3004, sendo que 14,5% desses alunos são pertencentes à famílias beneficiárias do PBF e moradoras da região.

Embora Campo Largo apresente bons índices na qualidade da educação, como o já citado índice de aprovação, que é o melhor entre as cidades da Região Metropolitana de Curitiba, as sete escolas selecionadas para a pesquisa não têm demonstrado grandes avanços em relação a meta do IDEB. Em pesquisa feita no banco de dados do Prova Brasil (INEP 2011), foi possível visualizar o índice de aprovação e o IDEB de cada uma delas, dos anos de 2005, 2007 e 2009. Em uma delas o IDEB se manteve o mesmo nos três anos, e a média de aprovação foi de 87%. Uma das escolas municipais apresentou em 2009 IDEB de 5.3, maior que o do município. Essa mesma escola apresentou uma queda de 15% de aprovação de 2005 para 2007, aumentando em cerca de 4% em 2009, enquanto que a nota mais baixa foi de uma escola estadual, com o valor de 3,4. As escolas estaduais apresentaram diferenças grandes de IDEB nos três anos entre elas, demonstrando diferença de até 1 ponto de uma para a outra, em 2009. Em relação às municipais essa diferença não foi percebida. Das sete escolas, quatro tiveram seu IDEB mais

baixo no ano de 2007, não sendo percebido o mesmo aspecto quanto ao índice de aprovação no mesmo ano.

Para análise do PBF nas escolas, foram realizadas três ações de pesquisa: elaboração e aplicação de um questionário nas escolas, entrevista com diretores e funcionários e análise no banco de dados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC). Pelo acesso facilitado às escolas municipais e pela própria Secretaria ter apenas os dados das escolas administradas pelo município, a pesquisa foi mais aprofundada nas Escolas Municipais.

Quanto ao questionário, ele foi elaborado em uma linguagem simples e explícita para facilitar as respostas dos diretores, visto que nem todos têm profundo conhecimento quanto ao funcionamento do PBF. Foram feitas nove perguntas que envolviam a percepção dos diretores sobre os determinados assuntos: pontos positivos e negativos do programa na educação dos alunos, a participação das famílias, a frequência, a permanência e a participação dos alunos beneficiários e a visão da escola quanto ao impacto do programa na qualidade da educação.

As entrevistas foram feitas durante a aplicação dos questionários, para complementação das perguntas, e também após a análise das respostas, quando surgiram novas questões importantes. Por último foi realizado o levantamento dos dados da SMEC, que apresentaram informações anteriores a implantação do PBF, o que foi de extrema importância para visualizar a ocorrência do impacto do programa na educação. Os dados coletados na SMEC foram de um período de 11 anos, de 2000 a 2010, lembrando que o PBF foi implantado no município no ano de 2005.

6. Perfil das escolas

ESCOLA 1

ADMINISTRAÇÃO	ALUNOS			IDEB			APROVAÇÃO 2005 a 2009
	TOTAL	PBF	% PBF	2005	2007	2009	
Estadual	283	35	12	4,1	3,1	4,4	Queda de 1,5%

Tabela 2: Dados da escola sobre número de alunos, valores do IDEB e porcentagem de aprovação.

Fonte: MEC, 2011

O colégio pertence ao bairro Itaqui, bairro que fica entre a região pesquisada e o centro de Campo Largo. Conta com um número razoável de alunos beneficiários moradores da região pesquisada por estar em um local de fácil acesso aos moradores da Terra Vermelha. Com base no questionário aplicado com o diretor da escola, o impacto do PBF na escola foi razoável, visto que os efeitos mais perceptíveis foram a permanência escolar e o aumento da frequência. Porém isso não foi visto pelo diretor como um ponto positivo, já que a própria LDB aponta a obrigatoriedade da permanência da criança na escola e a responsabilidade dos pais em acompanhar a frequência e a educação da criança. Para ele a condicionalidade do programa apenas faz que se cumpra uma parte da lei, pois não percebe o acompanhamento dos pais no processo educacional dos filhos. Também comenta que, mesmo com a condicionalidade, há crianças que não apresentam a frequência mínima, e algumas precisam ser assistidas pelo Conselho Tutelar. Além disso, ainda existem aquelas famílias que recebem o benefício sem necessidade, segundo o diretor.

Quanto a relação do programa com a qualidade da educação, o diretor não vê nenhuma contribuição, mas percebe a utilização do benefício na vida escolar dos alunos beneficiários de forma moderada. Ele diz ainda que os alunos que respeitam a condicionalidade, cerca de 85%, tem demonstrado a influência da frequência em sua aprendizagem, mas não percebe diferença de aprendizagem nos alunos beneficiários em relação aos demais.

ESCOLA 2

ADMINISTRAÇÃO	ALUNOS			IDEB			APROVAÇÃO 2005 a 2009
	TOTAL	PBF	% PBF	2005	2007	2009	
Estadual	634	63	10	4,3	3,8	4,2	Queda de 9,5%

Tabela 3: Dados da escola sobre número de alunos, valores do IDEB e porcentagem de aprovação.

Fonte: MEC, 2011

O colégio divide o espaço físico com a Escola 5. Pertence ao bairro Águas Claras, região próxima a pesquisada. Conta com transporte escolar. É um colégio que reúne alunos de diversas regiões da cidade e realiza algumas parcerias com o CRAS, principalmente com público adolescente.

Semelhante ao colégio anterior, o questionário demonstrou como principal impacto a questão da frequência escolar e da permanência dos alunos durante todo o ano, com a diminuição da evasão. Porém o impacto na qualidade da educação não é perceptível, assim como a utilização do benefício pelas famílias para a melhoria da vida escolar dos filhos, sendo considerado de pouca utilização. Como é um colégio com o número grande de alunos, apresentou dificuldades em apontar diferenças na aprendizagem dos alunos beneficiários com relação aos demais alunos.

ESCOLA 3

ADMINISTRAÇÃO	ALUNOS			IDEB			APROVAÇÃO 2005 a 2009
	TOTAL	PBF	% PBF	2005	2007	2009	
Estadual	669	34	5	3,7	3,9	3,4	Queda de 31,6%

Tabela 4: Dados da escola sobre número de alunos, valores do IDEB e porcentagem de aprovação.

Fonte: MEC, 2011

O colégio divide o espaço físico com a Escola 6. É o colégio com maior número de alunos das escolas pesquisadas, porém com relação aos alunos beneficiários moradores da região pesquisada, apresenta apenas 5%, conforme tabela acima.

Sobre o questionário aplicado, o PBF apresenta um impacto, mas este é ruim, visto que a utilização do benefício ainda não é focalizada nas crianças, e sim em despesas gerais, e as vezes dispensáveis, das famílias. Percebeu-se pouca utilização do benefício na vida escolar da criança e sobre o impacto na qualidade da educação, não foi percebida nenhuma diferença. No entanto, não pode-se negar a influência do programa na frequência e permanência dos alunos na escola, que foi de cerca de 90%.

ESCOLA 4

ADMINISTRAÇÃO	ALUNOS			IDEB			APROVAÇÃO 2005 a 2009
	TOTAL	PBF	% PBF	2005	2007	2009	
Municipal	258	96	37	3,9	4,1	4,5	Queda de 13,7%

Tabela 5: Dados da escola sobre número de alunos, valores do IDEB e porcentagem de aprovação.

Fonte: MEC, 2011

É a única escola do município que está estabelecida no território pesquisado, e apresenta a maior porcentagem de alunos beneficiários do PBF. Está localizada próximo a PR 423, e a rua em frente da escola é conhecida como Estrada da Balsa Nova, por ligar Campo Largo com a cidade vizinha de Balsa Nova. Pertence a uma região com um número considerado de indústrias de diversos segmentos como produtos químicos, sacos plástico, skates, produtos hospitalares, tubulação. Conta com um projeto de contra turno – Mais Educação – que realiza atividades esportivas, culturais e reforço escolar com os alunos. Tem parceria com a Paróquia do bairro, que oferece salas e um salão para as atividades do projeto, e com o CRAS, que promove aulas de capoeira e grupos sócioeducativos.

Quanto ao impacto do programa sobre a educação das crianças, em entrevista feita com a diretora da escola, foi observado primeiramente a não diferenciação entre os alunos beneficiários e não. Além do controle da frequência, os colégios não fazem nenhum outro tipo de acompanhamento com as crianças beneficiárias, o que dificulta a coleta de dados mais aprofundados relacionados a qualidade da educação e a influência do programa nessa qualidade. Porém, um dado importante de constar está relacionado ao índice de aprovação e evasão dessa escola. Em relato, a secretária, que está na escola antes da implantação do PBF no município, apontou um crescimento de cerca de 90% na aprovação dos alunos, nos anos que seguiram após a implantação do PBF, e a evasão escolar diminuiu, sendo que nos anos anteriores a 2005, ano de implantação do pbf, naquela escola a evasão era de 5 a 6 alunos por ano, e a partir do programa esse número não passa de 1 aluno por ano. O motivo no passado era, principalmente, a negligência da família, e hoje o principal motivo da evasão escolar é a criança estar fora da faixa etária escolar.

Com base nos dados coletados da Secretaria Municipal de Educação foi possível comprovar a diminuição da evasão escolar, de 5 alunos no ano de 2000 para nenhum aluno em 2010. A Tabela 6 apresenta o número de desistências dos últimos 11 anos e confirma os dados da entrevista com a escola.

Escola 4	
ANO	EVASÃO
2000	5
2001	5
2002	5
2003	1
2004	0
2005	1
2006	0
2007	2
2008	0
2009	1
2010	0

Tabela 6: Dados de evasão escolar anual

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2011

Além desse dado, a escola também apresentou aumento na aprovação e, conseqüentemente, diminuição na reprovação. O Gráfico 5 permite a visualização desses dados em porcentagem.

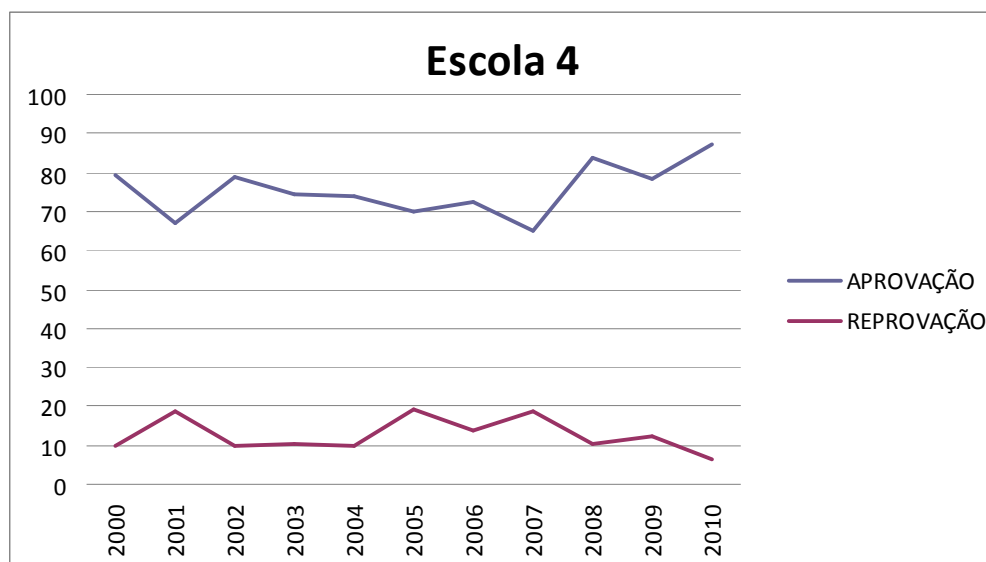


Gráfico 5: Médias anuais de aprovação e reprovação em porcentagem

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2011

Percebe-se, portanto, que nos últimos 10 anos, o crescimento na aprovação foi de quase 10%, enquanto que as reprovações caíram menos de 5%.

ESCOLA 5

ADMINISTRAÇÃO	ALUNOS			IDEB			APROVAÇÃO 2005 a 2009
	TOTAL	PBF	% PBF	2005	2007	2009	
Municipal	409	122	29,7	4,7	4,7	4,7	Subiu 5,2%

Tabela 7: Dados da escola sobre número de alunos, valores do IDEB e porcentagem de aprovação.

Fonte: MEC, 2011

A escola divide o espaço físico com a Escola 2. É a escola que apresenta o maior número de alunos beneficiários do PBF.

Sobre a aplicação do questionário, a escola não percebeu nenhum impacto do programa no desenvolvimento escolar dos alunos beneficiados além da melhora na freqüência, porém esse ponto foi percebido como aplicado por medo do congelamento do benefício, por parte dos pais. Além disso, foi destacada a pouca utilização do benefício na vida escolar do aluno e a acomodação dos pais quanto a buscar melhora na qualidade de vida da família. Ainda sobre a freqüência, cerca de 80 % das famílias têm cumprido com a condicionalidade, o que “possibilita a permanência do aluno e conseqüentemente poderá proporcionar uma melhora na aprendizagem”.

Com base nos dados do IDEB e Prova Brasil, essa escola apresentou aumento de 5,2% na aprovação, nos anos de 2005 para 2009, conforme tabela acima, porém, com base nos dados da SMEC, evidenciou queda no número de aprovações nos últimos 11 anos, e queda também no número de reprovação, segundo aponta o Gráfico 6.

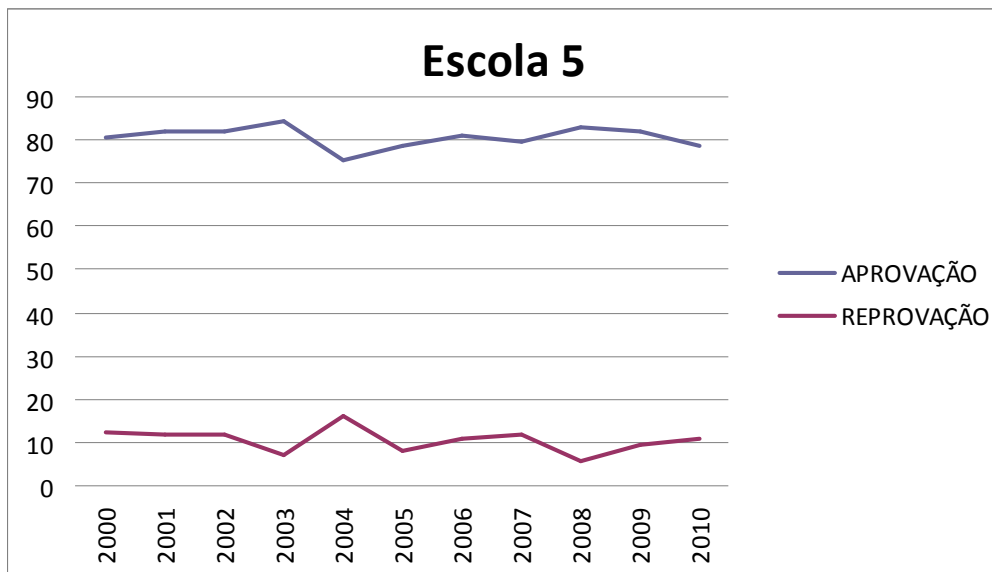


Gráfico 6: Médias anuais de aprovação e reprovação em porcentagem

Fonte: Secretaria Municipal de Educação 2011

Ainda sobre os dados da SMEC, com relação a evasão escolar, pode-se perceber queda de 5 alunos desistentes no ano de 2000 para nenhuma evasão escolar nos anos de 2007 a 2010, conforme Tabela 8.

Escola 5	
ANO	EVASÃO
2000	5
2001	1
2002	1
2003	1
2004	1
2005	1
2006	2
2007	0
2008	0
2009	0
2010	0

Tabela 8: Dados de evasão escolar anual

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2011

ESCOLA 6

ADMINISTRAÇÃO	ALUNOS			IDEB			APROVAÇÃO 2005 a 2009
	TOTAL	PBF	% PBF	2005	2007	2009	
Municipal	456	26	5,5	4,4	4,3	4,6	Queda de 7,6%

Tabela 9: Dados da escola sobre número de alunos, valores do IDEB e porcentagem de aprovação.

Fonte: MEC, 2011

A escola divide o espaço físico com a Escola 3. Está localizado em um bairro um pouco afastado da região pesquisada, e por isso apresenta um dos menores percentuais de alunos beneficiários moradores da região. Apresentou queda de aprovação nos últimos 5 anos, porém com relação aos anos anteriores a implantação do programa, demonstrou elevação de cerca de 5% e queda do mesmo valor na reprovação, segundo aponta o Gráfico 7.

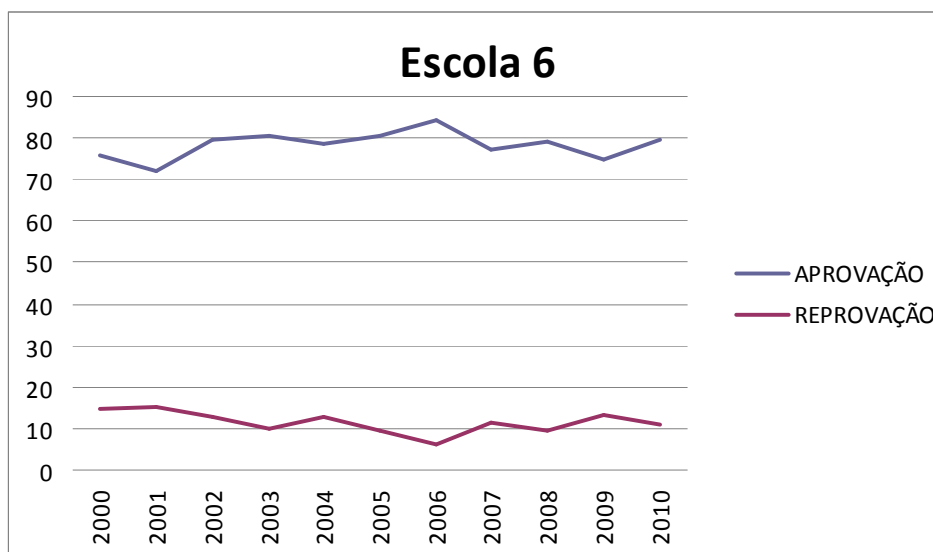


Gráfico 7: Médias anuais de aprovação e reprovação em porcentagem

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2011

Com relação ao questionário, não foi percebido impacto do PBF na educação dos alunos beneficiários, assim como na qualidade da educação e na condicionalidade da frequência escolar, embora esta última tenha atingido cerca de

95% no último ano e a permanência escolar também apresentou alta. A escola revela a má utilização do benefício pelas famílias, que em vez de utilizar para alimentação e material escolar dos filhos, utiliza o valor do benefício para “recarga de celular”. Apontam uma dificuldade nas famílias sobre a má utilização do benefício, relatando que as famílias “não têm clareza de como devem usar o benefício e usam de forma incorreta”. Portanto não percebe impacto ou influência do programa na qualidade da educação, e nem diferenciam o aprendizado dos alunos beneficiados com os demais.

Sobre a evasão escolar, a Tabela 10 revela queda do ano de 2000 para o ano de 2010, porém apresentando nos demais anos uma queda irregular.

Escola 6	
ANO	EVASÃO
2000	12
2001	9
2002	5
2003	3
2004	5
2005	7
2006	6
2007	6
2008	2
2009	6
2010	4

Tabela 10: Dados de evasão escolar anual

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2011

ESCOLA 7

ADMINISTRAÇÃO	ALUNOS			IDEB			APROVAÇÃO 2005 a 2009
	TOTAL	PBF	% PBF	2005	2007	2009	
Municipal	290	39	13,2	4,3	4,2	5,3	Queda de 10,7%

Tabela 11: Dados da escola sobre número de alunos, valores do IDEB e porcentagem de aprovação.

Fonte: MEC, 2011

Escola de pequeno porte, mas com um número relativo de alunos beneficiários do PBF, está localizada no Bairro Itaqui, bem próximo a BR 277, e próximo também a região pesquisada. Durante a entrevista foi percebido pouco conhecimento relacionado tanto aos alunos beneficiários como ao funcionamento do programa. Nem mesmo uma cópia do formulário de frequência enviado a SMEC a escola tinha. Demonstraram dificuldades em entender e responder as questões, e mesmo explicando deixaram algumas perguntas sem respostas. Perceberam como ponto positivo do programa a exigência da frequência, sendo que apontaram o cumprimento dessa condicionalidade em 80% das famílias. A permanência dos alunos também foi percebida como influência do PBF, porém as demais perguntas não souberam responder, pois não sabiam exatamente quem eram as crianças beneficiárias.

Sobre os dados da SMEC, o índice de aprovação aumentou em quase 10%, enquanto que o de reprovação teve uma leve queda, segundo aponta o Gráfico 8.

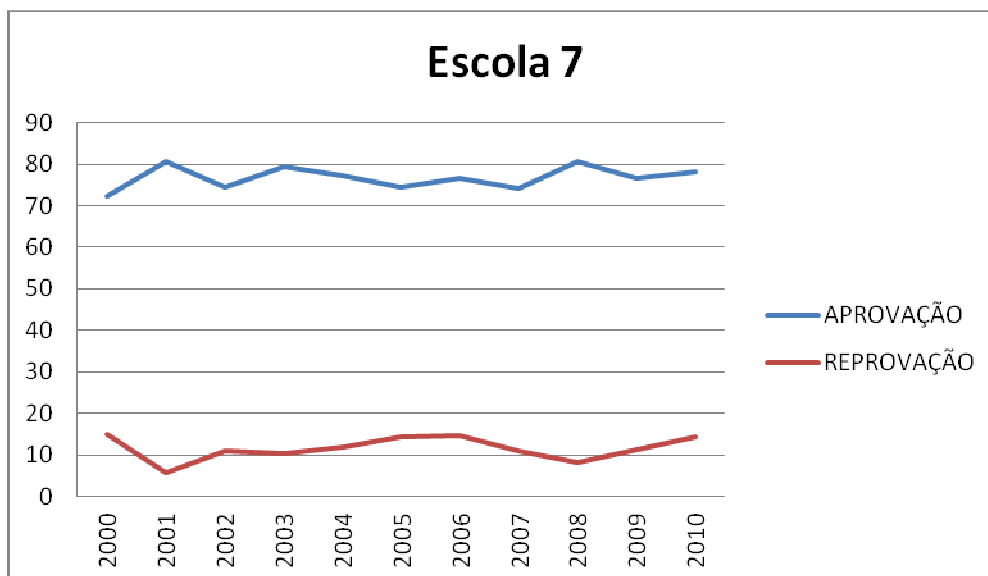


Gráfico 8: Médias anuais de aprovação e reprovação em porcentagem

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2011

Assim como as demais escolas, o índice de evasão escolar também apresentou queda nos últimos 10 anos, como revela a Tabela 12:

Escola 7	
ANO	EVASÃO
2000	6
2001	1
2002	3
2003	3
2004	2
2005	0
2006	3
2007	0
2008	2
2009	0
2010	0

Tabela 12: Dados de evasão escolar anual

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2011.

7. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada no município de Campo Largo abordou uma questão pouco pesquisada e discutida, a influência do meio externo na educação. O aspecto social é um forte indicador e influenciador no indivíduo quanto a sua frequência e participação na escola, e representa uma estrutura infundável de comportamentos, movimentos, modos de agir, de aprender, de relacionar. O pouco saber da relação entre o social e a educação pode revelar também o pouco interesse em utilizar aquela área para a melhoria da qualidade na educação ou a impressão de que uma área não influencia a outra. O Programa Bolsa Família foi utilizado na pesquisa como fonte de dados, relacionado principalmente a desigualdade social, pois atua diretamente com famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Por existir um impacto econômico desse programa nas famílias pesquisadas, foi realizado esse levantamento para averiguar a existência de um impacto educacional.

Com os dados retirados dos resultados do IDEB dos anos de 2005, 2007 e 2009, as sete escolas pesquisadas apresentaram melhora da qualidade de ensino, ultrapassando a meta prevista para os anos de 2007 e 2009, lembrando que no ano de 2005 iniciou o Programa Bolsa Família no município. A Tabela 13 apresenta o IDEB de cada uma das escolas pesquisadas, apontando o número de alunos e a administração.

Escola	Administração	Nº alunos total	Nº alunos BF	% Alunos BF	Faixa Etária	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009
Escola1	Estadual	283	55	19,4	6 a 17	4,1	3,1	4,4
Escola 2	Estadual	634	63	9,9	10 a 18	4,3	3,8	4,2
Escola 3	Estadual	669	34	5,1	6 a 15	3,7	3,9	3,4
Escola 4	Municipal	253	96	37,9	10 a 17	3,9	4,1	4,5
Escola 5	Municipal	409	122	29,8	12 a 18	4,7	4,7	4,7
Escola 6	Municipal	466	26	5,6	7 a 18	4,4	4,3	4,6
Escola 7	Municipal	290	39	13,4	6 a 16	4,3	4,1	5,3
TOTAL	Todas	13228	6059	45,8	6 a 17	4,5	4,8	5,2

Tabela 13: IDEB das Escolas Pesquisadas

Fonte: SICON, Data Escola Brasil, MEC (2011)

Com base nos dados coletados através da aplicação do questionário pelos diretores das escolas selecionadas, das entrevistas com alguns funcionários das escolas e dos dados coletados através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, foi possível identificar algumas áreas de impacto do PBF com relação a qualidade da educação

Foi verificado que o aumento da frequência escolar aparece como o resultado mais evidente nas escolas pesquisadas, seguido da permanência dos alunos e a queda no número de evasões escolares. Esse mesmo resultado foi observado em todo o país, Segundo dados do MEC, o aumento da frequência foi perceptível já no início da implantação do PBF, conforme pesquisa feita nos primeiros meses de 2005 comparando os dados dos anos de 2003 e 2004. Com relação a esses dados, o então Secretário da Educação, Jairo Jorge informou que “consideramos que esse resultado é satisfatório, no momento, porque o último indicador que foi realizado no final de 2003 apontou apenas 13% das escolas. Então, nós quadruplicamos esse resultado e isso indica que há um esforço dos municípios, do governo federal, da imprensa e mobilização da sociedade” (MEC, 2005). A Tabela 14 abaixo apresenta os dados de número total de alunos beneficiários do PBF, o percentual de frequência desses alunos, o percentual de escolas que apresentaram o relatório e o percentual de municípios que participaram do levantamento dos dados nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2009. Lembrando que o PBF foi iniciado no ano de 2004, no âmbito nacional, e desde sua implantação já eram exigidas as condicionalidades de Educação e Saúde.

ANO	Total Alunos	Aluno	Escola	Município
2003	d/i	19%	13%	d/i
2004	12.393.146	50,8%	55,24%	69,62%
2005	13.400.000	66%	80%	99,2%
2009	16.300.000	85,59%	d/i	99,7%

Legenda: d/i = Dado inexistente

Tabela 14: Tabela MEC - Frequência Escolar 2003, 2004, 2005 e 2009

Fonte: MEC (2005 e 2009)

Mas para averiguar a existência de um impacto, é necessário mais de um indicador de qualidade. Por essa razão foi realizada uma investigação relacionada a aprovação e reprovação dos últimos 11 anos, nas escolas escolhidas para a pesquisa. Os resultados apontaram um ampliação no percentual de aprovação em 3 das 4 escolas municipais, e quanto a reprovação, todas apontaram queda. A evasão escolar foi outro indicador de impacto do programa, pois revelou um decréscimo drástico do ano de 2000 para o ano de 2010, apontando como início do decréscimo os anos de 2005 e 2006, anos estes da implantação do PBF no município.

Para realizar o aprofundamento dos resultados foram utilizadas duas teorias estatísticas, a Teoria da Correlação de Pearson e a Teoria de Anova. Ambas apresentaram implicações importantes para a pesquisa quanto a ocorrência de impacto do PBF na educação das escolas pesquisadas. Explicando a Teoria de Correlação de Pearson, no estudo da estatística o termo correlação significa a medida da relação entre duas variáveis, não no sentido de causalidade (SPIEGEL, 1993, p. 359). Para a utilização dessa teoria na análise de dados da pesquisa, primeiramente foi feito o levantamento dos dados das duas variáveis que seriam correlacionados, relação Evasão Escolar X Aprovação. Todas as escolas apresentaram resultados semelhantes, apontando uma correlação inversamente proporcional moderada, ou seja, a diminuição da evasão escolar demonstra moderadamente uma relação com o aumento da aprovação. O fato de a relação ser

moderada possivelmente represente o impacto gradativo que o programa vem apresentando apoiado na condicionalidade da frequência escolar.

A Teoria ANOVA ou Análise de Variante tem o objetivo de comparar grupos e analisar suas diferenças (JORDAN, 2008). Na pesquisa, essa teoria foi aplicada para observar a existência de diferenças das escolas com relação a média de aprovação. Segundo os cálculos estatísticos realizados, não há diferenciação entre as médias de aprovação por escola, propondo que o impacto do programa é semelhante em todas as escolas.

Pode-se perceber então que o envolvimento do programa na educação é principalmente para garantir o direito a frequência do aluno na escola, mas não apresenta de forma relevante nenhum outro tipo de impacto na educação dos alunos. Por estar relativamente no início de sua implantação, o programa revela algumas falhas ou pouco aproveitamento das oportunidades com relação ao envolvimento na educação. E sem a preocupação das escolas, isso fica ainda mais vago. Há de se pensar em novos focos de oportunidades para utilização das condicionalidades do PBF na educação, para trazer formação completa e não simplesmente a presença da criança na escola.

REFERÊNCIAS

- BRITO. **Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, vol. 25, n.1, p 5 - 26. São Paulo, Jan/Jun 2008.

- CARLOS, A.F.A. **São Paulo: dinâmica urbana e metropolização**. Revista Território, vol. VII, n. 11, 12 e 13, p. 77 a 90. Rio de Janeiro, Set/Out 2003.

- SPIEGEL, M.R. **Estatística**: tradução e revisão técnica. Pedro Consentino . 3ª ed. São Paulo. Makron Books, 1993

- FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. UNESP, 2005.

- GELATI, F.C. **A escola como instituição socialmente construída**. Roteiro, vol. 34, n. 1, pp. 79-92. Joacaba, Jan/Jun, 2009.

- HEIDRICH, A. L. "Território, Integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social". In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 37-66.

- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Campo Largo**. Maio 2011.

- IPC – Centro Internacional de Pesquisas para Crescimento Inclusivo. **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - PBF: Acompanhamento da educação como condicionalidades para promoção de cidadania**. Disponível em:< <http://www.ipc-undp.org>>. Acesso em: 14 Ago 2011.

- JORDAN, G.C. **Análise de variância em modelo SPSS**. Métodos Estatísticos. Disponível em: <http://www2.mat.ua.pt/gladys/me/Acetatos/Aula10-ANOVA-1xPage.pdf>. Acesso em: 07 Out 2011.

- _____. **Lei nº 9394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 5ª Edição. Disponível em: <<http://www.bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 04 Set 2011.

- LAYTON, M. **Quem se beneficia com o Bolsa Família.** LAPOP, n. 47, 2010. Disponível em: <http://www.americasbarometer.org>. Acesso em 06 Set 2011.

- LICIO, E. C. et al. **Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido.** Opinião Pública. Vol. 15, n. 1. Campinas, Jun. 2009.

- MDS. **Bolsa Família.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 02 Jul.

- MDS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.** Disponível em: <<http://www.aplicacoes.mds.gov.br>>. Acesso em: 05 Ago 2011.

- MDS. **Termo de adesão ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais.** Campo Largo, 2005.

- MEC. **Portal Ministério da Educação e Cultura.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 11 Set 2011.

- MEDEIROS, M. et al. **Transferência de renda no Brasil.** Novos Estudos. Vol. 79, Nov. 2007.

- NOGUCHI, L.F. **Políticas para a educação infantil na Região Metropolitana de Curitiba.** Curitiba, 2009.

- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de GINI.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97>. Acessado em: 26 Abr 2011.

- REGO, W. L. **Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família.** Lua Nova n. 73. São Paulo, 2008.

- RIBEIRO, L.C. de Q.; KOSLIN SKI, M.C. **Efeito metrópole e acesso as oportunidades educacionais.** Revista Eure, vol. XXX n. 106, pp. 101-129. Santiago, Dez. 2009.

- ROCHA, S. **O Programa Bolsa Família. Evolução e efeitos sobre a pobreza.** Economia e sociedade vol. 20 n. 1. Campinas, Abr. 2011.

- RUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a origem da desigualdade.** Tradução: Maria Lacerda Moura. Ed. Eletrônica, 2001. Disponível em:<[http:// www.jahr.org](http://www.jahr.org)>. Acesso em: 08 Jul 2011.

- SANCHEZ, M.M. **Estudo comparado sobre as condições educacionais nas regiões metropolitanas de Curitiba e Londrina.** Curitiba, 2010.

- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

- SIBEC. **Sistema de Benefícios ao Cidadão.** Disponível em: <<https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio>>. Acesso em: 10 Jul 2011.

- SICON. **Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família.** Disponível em: www.mds.gov.br/sistemagestaobolsafamilia. Acesso em: 10 Ago 2011.

- SILVA, M.O.S. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.** Revista Katal. Vol. 13, n. 2, p. 155-163, Florianópolis, Jul/Dez 2010.

- SOARES, G. A. D. TERRON, S. L. **Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial).** Opinião Pública. Vol. 14, n. 2. Campinas, Nov. 2008.

- STEHR, N. **Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15 n. 42. São Paulo, Fev. 2000.

- TORRES, H.G. et al. **Uma pobreza diferente?** Novos Estudos. CEBRAP, p.17-22, 2006.

- ZIMMERMANN, C.R. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil.** Revista Internacional de Direitos Humanos. N. 4, Ano 3. 2006.